

artigo

Cenas de interpelação, enquadramentos e regimes de afecção mobilizados por “saiaços” e sua cobertura jornalística

*Scenes of interpellation, framings, and
affective regimes mobilized by “saiaços” and
their journalistic coverage*

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES¹

LUIS MAURO SÁ MARTINO²

MARCELA LINS BARBOSA³

CAIO SANTOS⁴

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Comunicação Social pela UFMG. É autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017), escrito com Angie Biondi; *Diálogos e Dissidências: Foucault e Rancière* (Appris, 2018), com Marco Prado; *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018), com Luis Mauro Sá Martino. Organizou o livro *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018). Tradutora das obras *O método da cena* (Quixote Do, 2021) e *O trabalho das imagens* (Chão da Feira, 2021), de Jacques Rancière. E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador bolsista do CNPq. É autor dos livros *Métodos de pesquisa em comunicação* (Vozes, 2018), *Teoria da comunicação* (Vozes, 2009), *Comunicação e identidade* (2010) e *The mediatization of religion* (Routledge, 2016). Publicou, em coautoria com Ângela Marques, os livros *Ética, mídia e comunicação* (Summus, 2018), *No caos da convivência* (Vozes, 2020, com Ângela Marques) e *Sem tempo para nada* (Vozes, 2022). E-mail: lmsamartino@gmail.com

³ Doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e jornalista pela mesma instituição. Foi pesquisadora visitante na Universidade de Brighton (Inglaterra), entre 2019 e 2020. Atuou na coordenação do Laboratório de Investigações em Arte/Educação, no Museu Murillo La Greca, e como pesquisadora em diversos projetos. Integra o MARGEM - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG. E-mail: marcela.lins@gmail.com

⁴ Comunicólogo e jornalista graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com período sanduíche na Universidad Autónoma del Estado de México, mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutorando em Comunicação Social pela UFMG. Compõe o Laboratório Território e Comunicação (LABTeC) da UFRJ e o MARGEM - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG, desenvolvendo pesquisa sobre Performances e Imaginários Políticos. Também é fotógrafo, videomaker e midialivista, membro da rede de comunicadores Jornalistas Livres. Participou do Comitê Mineiro do Fórum Nacional da Democratização da Comunicação (FNDC) e colaborou com a Mídia Ninja e a rede Facción de midiativistas latinos, tendo experiências reportando manifestações populares e movimentos sociais na Argentina, Brasil e México. E-mail: cdsantos99@hotmail.com

resumo

O objetivo deste artigo é evidenciar as interfaces existentes entre os conceitos de interpelação, aparecimento político, enquadramentos e regimes de afecção, tal como formulados por Judith Butler, e a cobertura do acontecimento “USP de saia”, ocorrido no ano de 2013. Nosso intuito foi recuperar matérias jornalísticas sobre esse evento, sobretudo aquelas publicadas em portais de notícias como G1 e UOL, para evidenciar como são construídas: a) a interpelação ofensiva de estudantes do curso de moda que optam por usar saia no campus da universidade; b) a resposta produzida por esses estudantes e por redes de pessoas em aliança; e c) a abertura de oportunidades para, no âmbito da mídia, ser possível a elaboração de um aparecimento político a partir de regimes de afecção tematizados coletivamente. Buscamos evidenciar que a performatividade criada nesses eventos questiona normas e enquadramentos, possibilitando experiências estético-políticas e autônomas em comunidades de contraconduta e transformação.

palavras-chave

Interpelação; Enquadramentos; Saiaço; Moda; Jornalismo.

abstract

The aim of this article is to highlight the interfaces between the concepts of interpellation, political appearance, framing and regimes of affection, as formulated by Judith Butler, and the coverage of the event “USP in skirt”, which took place in 2013. Our aim was to recover journalistic articles about this event, especially those published on news portals such as G1 and UOL, to show: a) the offensive interpellation of fashion students who choose to wear skirts on the university campus; b) the response produced by these students and by networks of people in alliance; and c) the opening of opportunities for, in the scope of the media, to be possible the elaboration of a political appearance from regimes of affection thematized collectively. We seek to show that the performativity created in these events criticize norms and framings, nurturing other aesthetic-political and autonomous experiences in communities of counter-conduct and transformation.

keywords

Interpellation; Frames; Men in skirt; Fashion; Journalism.

INTRODUÇÃO

Enquadramentos jornalísticos tendem a organizar os discursos em torno de temas polêmicos de maneira a salientar determinados aspectos de acontecimentos em detrimento de outros. De acordo com William Gamson, ao redor de uma dada questão percebida problemática, há sempre vários conjuntos de interpretações que a envolvem e que sofrem mudanças ao longo do tempo, providenciando novas interpretações e sentidos acerca de seus pontos principais de tensão. Gamson aponta que as notícias televisivas estão repletas de:

(...) esquemas simbólicos que providenciam um *atalho cognitivo* sugerindo o fio principal da história a ser narrada. Esses esquemas estabelecem a ponte retórica através da qual fragmentos discretos de informação são dispostos em um contexto e relacionados uns com os outros⁵.

Sob este aspecto, os enquadramentos devem acionar “pistas” para que as pessoas identifiquem e consigam se posicionar diante de uma questão ou problema. A princípio, compete ao enquadramento “nomear” e “organizar” os discursos através de práticas específicas de seleção, ênfase e exclusão, utilizando recursos de linguagem próprios (categorias de palavras, expressões, *scripts*, estereótipos etc.) que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos⁶. Assim, enquadramentos estruturam discursos e conectam os textos a atalhos cognitivos que orientam o comportamento social diante de eventos marcantes. Eles são dinâmicos e oferecem atalhos cognitivos que sugerem quais aspectos principais estariam em disputa⁷. Um enquadramento jornalístico oferece, assim, *esquemas interpretativos* que orientam a produção de uma narrativa causal, orientando a apreensão e o entendimento dos eventos e de como nossas relações se redefinem a partir de tal arranjo⁸.

Em sua obra *Quadros de Guerra*⁹, Judith Butler dialoga com Erving Goffman¹⁰ para construir seu argumento de que o jornalismo, e a mídia em geral, produz esquemas de inteligibilidade através de molduras que permitem não apenas identificar a situação interativa em questão (se é um caso de injúria, desrespeito, comemoração, indignação, compaixão etc.), mas também direcionar o envolvimento dos atores implicados. De alguma forma, segundo a autora, esses esquemas de inteligibilidade revelam valores e traços que constituem o contexto social mais amplo de uma sociedade, além de indicar os princípios latentes que produzem a ideia de humano e tornam os sujeitos elegíveis ao reconhecimento.

Interessa-nos mais de perto essa ideia de que enquadramentos configuram cenas de interpelação das vidas, definindo o contexto de emergência de categorias de sujeito: aqueles que podem ser apreciados como dignos de valorização e aqueles que serão condenados ao escárnio e ao desprezo da sociedade. Assim, entendemos que há uma disputa sobre a prevalência de certos enquadramentos quando se trata de avaliar e julgar os envolvidos em acontecimentos “tabus”, explicitando as dificuldades enfrentadas para alterar chaves interpretativas articuladas por valores morais. A perspectiva de Butler associa as condições situacionais que definem o

⁵ GAMSON, W. News as framing. *American Behavioral Scientist*, California, v.33, n.2, 1989, p.158.

⁶ REESE, S. The framing project: a bridging model for media research revisited. *Journal of Communication*, Oxford, v.57, p. 148-154, 2007.

⁷ TUCHMAN, G. Making news by doing work: routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology*, Washington DC, v. 79, 1973.

⁸ ENTMAN, R. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n.4, 1993, p. 51-58. / PORTO, M. Framing Controversies: Television and the 2002 Presidential Election in Brazil. *Political Communication*, London, v. 24, p.19-36, 2007.

⁹ BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

¹⁰ GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

contexto pragmático da interação dos sujeitos¹¹, e as condições de construção discursiva quando se trata de configurar a maneira de interpelar os sujeitos, ou seja, a maneira de elaborar uma chamada que os tornam legíveis e inteligíveis socialmente.

De modo a explicitar como a cena de interpelação se articula ao acionamento de enquadramentos jornalísticos e midiáticos, traremos uma análise do acontecimento “USP de saia”, ocorrido em 2013, mas que cria reverberações e impactos até hoje quando se trata de reivindicar a dissociação entre moda e gênero, politizando os corpos e tematizando preconceitos. Nosso intuito foi recuperar matérias jornalísticas sobre esse evento, sobretudo aquelas publicadas em portais de notícias como G1 e UOL, para evidenciar como são construídas: a) a interpelação ofensiva de homens que optam por usar saia; b) a resposta produzida por esses homens e por redes de pessoas que se associam em alianças de apoio a eles; e c) a abertura de oportunidades para, no âmbito da mídia, ser possível a elaboração de um aparecimento político a partir dos afetos despertados coletivamente¹².

ENQUADRAMENTOS SOCIAIS E JORNALÍSTICOS SOBRE A PERFORMATIVIDADE DA MODA “PROIBIDA” AOS HOMENS

No ano de 2011, um aluno do quarto ano do curso de moda da Universidade de São Paulo (USP), Augusto Paz, vestiu uma saia para ir ao campus. Seu gesto era uma resposta ao desafio lançado pela professora da disciplina de sociologia da moda, que havia solicitado aos estudantes que saíssem de casa e fossem à faculdade vestindo uma peça de roupa que provavelmente nunca usariam¹³. O estudante vestiu uma saia longa azul, emprestada pela mãe, e fez o trajeto até o campus. Sua presença atraiu olhares de zombaria e comentários injuriosos. No ano seguinte, um estudante da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) vestiu uma saia escocesa (Kilt) para ir à aula e foi vítima de preconceito nas ruas e na Universidade¹⁴.

No início do mês de maio de 2013, o calouro do curso de Têxtil e Moda da Universidade de São Paulo (USP), Vitor Pereira, também escolheu uma saia xadrez para ir à aula e recebeu, no Facebook da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), um comentário anônimo, de tom fortemente agressivo e condenatório.

¹¹ Goffman não fala explicitamente em enquadramento, mas em “quadros” da experiência, definidos por ele como sendo “os princípios de organização ou elementos de base que estruturam os acontecimentos, ao menos os sociais, e que servem para definir a situação e a nossa implicação neles” (GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social*: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012, p.19).

¹² BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

¹³ MORENO, A. C. Aluno da PUC-SP diz que vestiu saia para experimentar o preconceito. Portal G1, 15/05/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/aluno-da-puc-sp-diz-que-vestiu-saia-para-experimentar-o-preconceito.html>, acesso em 20/04/2023.

¹⁴ *Idem*, G1, 04/05/2013.



Fig. 1: Vitor Pereira posa com a saia que usa nas aulas e a camiseta do curso de Têxtil e Moda da USP Leste. (Fonte: Flávio Moraes/G1¹⁵).

A reflexão que Butler (2015b) elabora acerca da cena de interpelação indica como esses três estudantes, ao serem chamados de forma injuriosa e humilhante, revelam um gesto social que, através da violência, define as condições linguísticas de vulnerabilidade das vidas tidas como dignas. Em Butler, a interpelação é um processo que aciona matrizes interpretativas às quais os indivíduos recorrem cotidianamente para entender e se posicionar em diferentes situações. Sua definição de enquadre, em sintonia com o pensamento de Goffman¹⁶, indica que a interpelação organiza um quadro de experiência (um quadro limitado pela ação de regras e normas que definem o que pode ser percebido, visto e entendido) que permite definir e compreender o que está acontecendo (dimensão cognitiva), para orientar a ação e o tipo de participação apropriados àquela situação (dimensão prática). Os quadros acionados são importantes, porque indicam as regras vigentes naquela interação, os posicionamentos que podem e devem ser adotados pelos sujeitos, as ações e discursos considerados adequados e as expectativas sobre o desenrolar da situação. Tais quadros, porém, não são construções individuais e sim socioculturais e normativas.

Butler¹⁷ conceitua a norma como condição de possibilidade de existência dos sujeitos (impondo-se sobre eles e necessitando de reiteração constantes) e, ao mesmo tempo, como um roteiro falho para a reprodução de condutas, cujas brechas possibilitam desvios e resistências ao seu poder de sujeição. O corpo se encontra, segundo ela, na fronteira entre linguagem e performance, ou seja, na fronteira entre a reafirmação e a reencenação das normas que inserem o sujeito em um dado contexto e em uma historicidade. Muitas vezes, a repetição e a reiteração vão produzir diferenças e rupturas, trazendo a possibilidade do intervalo, como excesso e eventualmente também como transformação. A perfor-

¹⁵ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/calouro-da-usp-desafia-preconceito-e-veste-saia-para-ir-faculdade.html>, acesso em 20/04/2023.

¹⁶ GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

¹⁷ BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. Routledge, New York & London 1996.

matividade das normas, em termos de iterabilidade, mostra como as convenções são reencenadas, temporalizadas, abrindo brechas para desviar e romper com seu contexto de origem¹⁸.

Quando o estudante Vitor Pereira vai ao campus da USP com sua saia e recebe uma interpelação opressora, ele instaura uma cena na qual a performatividade pode ser entendida como um processo político que evidencia como, ao mesmo tempo, as normas agem sobre nós e podemos atuar sobre elas, dentro de certas condições e possibilidades para ressignificá-las, descontinua-las e rasurá-las. O gesto corporificado é um ato de fala que entra na cena performativa e a recria enquanto prática crítica, evidenciando as desigualdades e opressões naturalizadas e aceitas no cotidiano¹⁹. De acordo com Butler²⁰, a performatividade se refere ao gesto de recusa ou revisitação de uma norma, quando há um questionamento sobre as normas que nos precedem e atuam sobre nós. É justamente porque somos os agentes de reprodução das normas, que podemos tornar legíveis suas desigualdades e sua violência cotidiana:

Vamos assumir que a performatividade descreve tanto o processo que revela como a linguagem age sobre nós, e as condições e possibilidades para agir e que não podemos entender sua operação sem considerar essas duas dimensões. Que as normas agem sobre nós implica que somos susceptíveis à sua ação, vulneráveis a uma interpelação que inicia o processo, algo que ocorre de uma forma não escolhida e involuntária, uma forma de estar exposto à linguagem anterior à possibilidade de performar um ato de fala. Normas como essas que definem o gênero, requerem e instituem certas formas de vulnerabilidade corporal sem as quais sua operação não poderia ser pensável. É o entendimento dessa vulnerabilidade corporal que nos permite descrever e opor algumas normas de gênero como são instituídas e aplicadas pelas instituições médicas, legais e psiquiátricas em um campo de corpos, especialmente quando abordam o gênero em termos patológicos e criminais²¹.

O gesto de alguém do sexo masculino vestindo saia para a USP e a maneira como o desprezo e vergonha se misturam nos espaços nos quais esse corpo circula nos levam a pensar que “se o reconhecimento caracteriza um ato, uma prática ou mesmo uma cena entre sujeitos, então a condição de ser reconhecido caracteriza as condições mais gerais que preparam ou modelam um sujeito para o reconheci-

¹⁸ PRADO, Natália M. Sujeto y performatividad. In: BISET, E. *Sujeto: una categoria in disputa*. Ediciones La Cebra, 2015, pp. 309-340.

¹⁹ PRADO, Marco Aurélio. Emancipações, subjetivações políticas e a questão democrática. In: COSTA-VAL, A.; GUERRA, A. M.; PRADO, M. A. M.; ROCHA, G. M. (Orgs). *Confins do político*. Curitiba: CRV, 2019, pp. 205-227.

²⁰ BUTLER, J. When gesture becomes event. In: STREET A., ALLIOT J., PAUKER M. (Eds). *Inter views in performance philosophy*. London: Palgrave Macmillan, 2017, pp. 171-192.

²¹ BUTLER, J. *Op. cit.*, pp. 177-178.

mento²². Assim, é extremamente importante conhecer os termos, as convenções e as normas gerais que atuam na produção de enquadramentos que modelam um indivíduo em um sujeito reconhecível. Certamente a moda e o jornalismo atuam na produção e reconfiguração das categorias e esquemas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam passível o ato do reconhecimento propriamente dito.

Interpelações homofóbicas como as que foram produzidas nas redes sociais da própria EACH-USP revelam não apenas que existe um quadro de referências morais que se dirigem ao sujeito (e ele só conhece tal quadro se interpelado), mas age sobre ele por meio da interpelação e pelo questionamento do outro. A força da moral investida na produção do sujeito é inegável, mas mesmo que a moral forneça um conjunto de regras que produz um sujeito em sua inteligibilidade, ele deve negociar de maneira vital e reflexiva com tal quadro. O grande problema, segundo Butler, é que “não podemos reconhecer facilmente a vida fora dos enquadramentos nos quais ela é apresentada, e esses enquadramentos não apenas estruturam a maneira pela qual passamos a conhecer e a identificar a vida, mas constituem condições que dão suporte para essa mesma vida”²³. Dito de outro modo, os enquadramentos que orientam as interpelações racistas e homofóbicas atuam de modo a “produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é sentida como perda, e que não é passível de luto”²⁴.

Butler (2015a) indica como as condições de vulnerabilidade são amplificadas pela construção de enquadramentos que ameaçam a maneira como a sociedade e as instituições respondem às necessidades básicas de sobrevivência e dignidade humana. Enquadramentos são por ela descritos como “molduras pelas quais apreendemos ou, na verdade, não conseguimos apreender a vida dos outros como susceptível de ser perdida ou lesada” (2015a, p.14). Tais operações de poder interferem nas condições de aparição e consideração dos sujeitos, porque delimitam mecanismos específicos mediante os quais uma forma de vida é apreendida e avaliada. O enquadramento está longe de ser um aspecto formal da construção de uma imagem; ao contrário, é um importante definidor de seu conteúdo, das maneiras como uma determinada formulação será produzida, compartilhada e recebida.

Segundo Butler (2015a), os enquadramentos atuam em arranjos formados pelo entrelaçamento de crenças subjetivas e institucionais, compondo redes complexas de ações, discursos, normas e valores. Nesse sentido, são operações de poder que delimitam a esfera e as condições de aparecimento público de sujeitos e demandas, interferindo no entendimento do que pode ou não contar como relevante. Os enquadramentos atuam, assim, para diferenciar as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. Os termos, as catego-

²² *Idem. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a, p. 19.

²³ *Idem. Relatar a si mesmo: crítica da violência ética.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015b, p. 44.

²⁴ *Ibidem*, p. 44.

rias, as convenções e as normas gerais que agem nos dispositivos de enquadre moldam os quadros de sentido como uma orientação para a interpretação e para a apreensão e avaliação de uma vida. Assim, a autora não só considera importante conhecer as normas gerais que atuam na produção de enquadramentos, mas também chama a atenção para o modo como discursos midiáticos fabricam quadros destinados a moldar as “condições de suporte e de reconhecibilidade” de sujeitos e grupos.

É importante mencionar que a noção de interpelação em Butler possui dois sentidos distintos, mas intimamente ligados: designação e despossessão. Em *Excitable Speech* (1996), Butler usa a teoria dos atos de fala de Austin de modo a evidenciar que ela aceita a premissa de que somos constituídos pela interpelação de um outro que está em posição de criar o que nomeia. Quando essa interpelação toma a forma de um discurso de ódio, por exemplo, o sujeito se encontra constituído na designação que o lança em uma posição subordinada.

[...] imagine uma cena em que alguém é chamado por um nome e nos viramos para protestar contra esse nome... e imagine que esse nome continua a forçar sua existência em você, delineando o espaço que ocupa, a construir uma posição social. Indiferente a seus protestos, a força da interpelação continua a trabalhar²⁵.

A interpelação age através de quadros morais que definem e julgam quem é o outro e quem eu sou. Assim, a performatividade de uma interpelação refere-se a uma série de atos (e não de atores) que produz realidades, que possuem o poder de fazer acontecer o que descrevem e/ou interpelam. Sob esse aspecto, Butler afirma que uma dimensão de nossa vulnerabilidade tem a ver com a exposição à nomeação e a categorias discursivas que nos associam a tipos²⁶. Todos somos chamados por nomes, em atos de fala que tecem relações de poder. Muitas vezes, um ato de fala atua sobre nós antes mesmo de falarmos e, se assim for, nem sempre podemos falar por nós mesmos.

Mas, por outro lado, fazer referência a Austin permite que Butler reinterprete a noção de interpelação elaborada por Louis Althusser, que, para ela, parece definir um modelo diádico e redutor²⁷. Primeiro, a autora argumenta, por exemplo, que o fato de a identidade e da sexualidade serem construídas performativamente dentro de relações de poder não significa que não possam ser subvertidas. Operar na matriz de poder não é a mesma coisa que replicar de forma acrítica relações de dominação. Assim, o ato performativo, ao contrário do “aparelho”, pode falhar,

²⁵ BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. Routledge, New York & London 1996, p. 33.

²⁶ Um tipo é uma representação construída por meio do efeito de um discurso (conjunto estável de ideais) sobre nossas ações e autoentendimento. A performatividade relaciona-se, segundo Butler, ao modo como a linguagem age sobre nós (ser interpelado, chamado de certo nome) e as condições e possibilidades para o agir.

²⁷ Na concepção de Althusser, não se poderia responder criticamente à interpelação, pois o sujeito não teria a consciência necessária de sua opressão. Há uma adesão (medo da condenação) prévia e culpabilizante à lei. Essa abordagem impossibilita um questionamento da lei (garante a existência) e restringe as possibilidades de existir fora da lei.

pode desviar-se de seu propósito original, em um movimento de pensamento e linguagem contrário a formas aceitas de autoridade, abrindo espaços de desejo nem sempre reconhecíveis de maneira explícita. Um ato de fala subvertido abre condições para a emergência do contradiscurso de resistência, de luta e contraconduta²⁸.

Assim, *ela salienta que a mesma fórmula que reproduz as relações de dominação se expõe ao fracasso cada vez que requer ser repetida, pois é na reiteração da norma que se configura a possibilidade de efeitos não previstos. Sob este aspecto, tanto as normas de gênero quanto as regras jurídicas e institucionais precisam ser revistas à luz de um processo de subjetivação política, no qual a experimentação de outras formas de “estar juntos” dá origem a performatividades em que “nos vemos fazendo outra coisa, fazendo a nós mesmos de uma maneira que não era exatamente o que tinha sido imaginado para nós”*²⁹.

Meu argumento não é paralisar o julgamento ou minar as pretensões normativas, mas sim insistir que devemos formular novas constelações para pensar a normatividade, se quisermos proceder de maneiras intelectualmente abertas e compreensivas a fim de compreender e avaliar o mundo em que vivemos³⁰.

Não se trata de abolir as normas, mas de as flexibilizar a ponto de incorporar as singularidades das experiências e manifestações assimétricas da vulnerabilidade que torna as vidas desigualmente valorizáveis. Vulnerabilidades resultam de condições ontológicas, sociais, institucionais, languageiras: elas se tornam evidentes quando ficamos expostos diante do julgamento alheio. Muitas vezes essa exposição comporta um risco calculado: nas matérias de jornais que relatam o caso de Vitor Pereira, ele relata que antevia reações negativas das pessoas, mas que, ao se expor, tinha chance de fazer reflexão, de produzir uma narrativa que envolvesse mais gente, que fraturasse o “regime de verdade que decide quais formas de vida são reconhecíveis e quais estão destinadas à exclusão”³¹. Os quadros alimentados pelos esquemas sociais tipificadores oferecem pistas classificatórias para o ato de reconhecimento ou de desprezo. Contudo, quando esses quadros são expostos e tematizados, uma ampla rede de relações se desenha junto com esse processo. Assim, a performatividade não é um ato individual, mas a articulação de múltiplos elementos que integram a cena de interpelação e

²⁸ Sob essa perspectiva, a resistência em uma cena de interpelação não é uma luta entre duas consciências, mas o produto da própria estrutura, uma vez que as normas que tomam forma através de sua reiteração constante passam a proliferar de uma maneira desordenada, surpreendente. Contudo, é passível de crítica a interpretação segundo a qual o momento crítico e subversivo não resultaria de uma ação e uma intencionalidade, mas de alterações do próprio funcionamento da estrutura. Essa abordagem exclui a agência dos sujeitos políticos e de seus gestos criativos, fazendo com que Butler reveja muitas de suas reflexões em obras como “Relatar a si mesmo”.

²⁹ BUTLER, J. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a, p. 38.

³⁰ *Idem*. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b, p. 207.

³¹ *Idem*. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a, p. 35.

aparição.

CORPOS MASCULINOS DE SAIA EM ALIANÇA: FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE POLÍTICA

A interpelação vexatória feita ao estudante Vitor Pereira levou alunos de diferentes cursos da USP a propor um dia de manifestação dedicado a repensar os padrões estéticos de moda tidos como normais. Foi então organizado um "saião", no dia 16 de maio de 2013, que recebeu apoio de várias celebridades, incluindo o cartunista Laerte Coutinho. Em entrevista concedida ao portal G1, Laerte argumentou que a "rebeldia" dos e das estudantes em relação aos padrões questiona "a ordem que nos é impingida desde antes que a gente nasça". Professoras do curso de Têxtil e Moda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) convidaram Laerte para uma roda de conversa no dia 6 de junho de 2013, em que se discutiu os desdobramentos do saião.

No dia 16 de maio, foi possível ver, pelas ruas do campus da Cidade Universitária, na Zona Oeste de São Paulo, homens usando saia e mulheres, gravata. O ato teve adesão nos outros campi da USP, como o da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, USP Leste, Ribeirão Preto e São Carlos.



Fig. 2: Alunos da USP combinam de vestir roupas que fogem do padrão para incentivar a reflexão sobre o preconceito. (Fonte: Portal G1, 16/05/13; Foto: Flavio Moraes/G1³²).

Como já sinalizado por Butler, um gesto performativo “requer um conjunto coordenado de relações sociais e de redes de apoio que dão a chance de refletir sobre as organizações sociais da vida que asseguram a possibilidade de viver das vidas”³³. A performatividade é corpórea e o corpo é uma rede articulada pelas rela-

³² Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/apos-apoiar-dia-do-homem-de-saia-cartunista-laerte-fara-palestra-na-usp.html>, acesso em 18/05/2023.

³³ BUTLER, J. When gesture becomes event. In: STREET A., ALLIOT J., PAUKER M. (Eds). *Inter views in performance philosophy*. London: Palgrave Macmillan, 2017, p. 179.

ções sociais, afetivas e infraestruturais. Ela é ação coordenada, pois um corpo age entrelaçado na ação de outros, em aliança com eles.

Butler (2018a) ressalta que a maneira como os corpos aparecem em espaços sociais e simbólicos solicita uma ação pautada pela produção conjunta de um novo campo da experiência: uma comunidade política na qual o que é partilhado por todos (como os quadros morais de avaliação das vidas, por exemplo) seja constantemente verificado, redefinido e rearticulado em função da alteração das condições de vulnerabilidade dos sujeitos mediante o redesenho de suas redes de coexistência e intersubjetividade³⁴. Segundo Prado (2019), conferir atenção aos dispositivos de visibilidade que regulam o estatuto dos corpos e o tipo de atenção e valorização que os enreda faz parte de um processo político de performatividade³⁵.



Fig. 3: Na USP Leste, o estudante Vítor Pereira (de saia amarela) desfila com os colegas. (**Fonte:** *Estadão Conteúdo*; Foto: Sérgio Castro³⁶).

Assim, os regimes de aparecimento dos corpos no mundo da política encampam os esquemas normativos de legibilidade que definem um espaço de agenciamento que precisa se abrir às alianças.

Para repensar o espaço de aparecimento a fim de entender o poder e o efeito das manifestações públicas do nosso tempo, precisamos consi-

³⁴ “O que significa, então, aparecer na política contemporânea? E podemos considerar essa questão de alguma forma sem recorrer à mídia? Quando fazemos uma consideração sobre o que é aparecer, concluímos que aparecemos para alguém e que o nosso aparecimento tem que ser registrado pelos sentidos, não apenas os nossos, mas os de alguém mais. Se aparecemos, devemos ser vistos, o que significa que nosso corpo deve ser enxergado, e seu som vocalizado deve ser ouvido: o corpo deve entrar no campo visual e audível...o aparecimento não é um momento necessariamente morfológico quando o corpo se arrisca a aparecer não apenas para falar e para agir, mas também para sofrer e comover, para engajar outros corpos, para negociar um ambiente do qual se depende, para estabelecer uma organização social com o objetivo de satisfazer as necessidades?” (BUTLER, J. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a, p. 175 e 252)

³⁵ PRADO, Marco Aurélio. Emancipações, subjetivações políticas e a questão democrática. In: COSTA-VAL, Alexandre; GUERRA, Andrea M.; PRADO, Marco Aurélio M; ROCHA, Guilherme M. (Orgs.). *Confins do político*. Curitiba: CRV, 2019, pp. 205-227.

³⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/apos-apoiar-dia-do-homem-de-saia-cartunista-laerte-fara-palestra-na-usp.html>, acesso em 20/04/2023.

derar mais de perto as dimensões corporais da ação, o que o corpo requer, e o que o corpo pode fazer, especialmente quando devemos pensar sobre os corpos juntos em um espaço histórico que sofre uma transformação histórica em virtude de sua ação coletiva: O que os mantém unidos ali? E quais são as suas condições de persistência e de poder em relação à sua condição precária e exposição?³⁷

O saiaço da USP relaciona-se com a produção de uma performance coletiva cujo objetivo não é vencer a vulnerabilidade, mas as lutas contra a fixação em categorias, contra a reificação de uma posição de sujeito que utiliza a moda como elemento avaliativo. Expor-se diante do poder é dotar-se da agência necessária para uma performatividade que emerge de mundos sociais compartilhados. De acordo com Butler, não importa o quanto uma dada performance possa ser individual, ela se baseia e reproduz um conjunto de relações sociais, práticas de uma comunidade, infraestruturas, instituições que passam também a ser parte da performance³⁸. A performance pode ser vista como:

(...) ação que envolve um número de pessoas, objetos, instituições, mesmo quando não ocorre em uma cena e toma forma em momentos breves, pontuais. A performance é sempre para e com alguém ou conjunto de coisas, baseando-se num background, em um mundo social de algum tipo, considerando-se suas condições sociais, corpóreas e históricas³⁹.

Atos de aparecimento podem ser pensados como ação plural, pressupondo uma pluralidade de corpos que apresentam o seu propósito convergente de modos que não requerem uma conformidade estrita com um tipo singular de ação, ou um tipo singular de reivindicação, e que não constituem juntos um tipo singular de sujeito⁴⁰.

Um acontecimento como o saiaço questiona os enquadramentos que definem as condições de reconhecimento das vidas e revela que a exposição deliberada diante do poder e das instituições é parte de um agenciamento que define o corpo em suas redes de interdependência. Agenciamentos de exposição como este podem tornar evidente que enquadramentos não determinam “de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. Algo ultrapassa a moldura que não se ajusta a nossa compreensão estabelecida das coisas”⁴¹. Quando um enquadramento colapsa, ele não mais consegue conter, transmitir e determinar o

³⁷ BUTLER, J. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a, p. 74.

³⁸ *Idem*. When gesture becomes event. In: STREET A., ALLIOT J., PAUKER M. (eds). *Inter Views in Performance Philosophy*. Performance Philosophy. London: Palgrave Macmillan, 2017.

³⁹ *Ibidem*, p. 180.

⁴⁰ *Idem*. *Op. cit.*, p. 157.

⁴¹ BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a, p. 24.

que é visto: assim, “uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestradores da autoridade que procurava controlar o enquadramento”⁴².



Fig. 4: 'USP de saia' reuniu cerca de 150 participantes na Cidade Universitária, questionando padrões e preconceito. (Fonte: Portal G1, 16/05/13; Foto: Flavio Moraes/G1⁴³).

Aparecer politicamente diante do poder e da captura pelas imagens e textos jornalísticos sugere um agenciamento destinado não só a encontrar novas sintaxes para as lutas, mas também para trabalhar com interpretações recebidas da realidade para mostrar como elas podem romper consigo mesmas. Butler afirma que não basta instaurar um novo regime de visibilidade, pois ele é tacitamente sustentado por sistemas regulatórios que qualificam certos sujeitos como reconhecíveis e não qualificam outros⁴⁴. Para a autora, não interessa o quão universal um direito possa ser, pois seu universalismo está completamente entrecortado por formas desiguais de poder, que qualificam quem pode e quem não pode aparecer na cena pública. Por isso, para aqueles considerados ilegíveis, a luta pelo estabelecimento de alianças é necessária.

Por isso, Bulter afirma que, mais do que a visibilidade, é preciso que se crie uma ruptura exatamente no sistema de visibilidade, expondo a contradição pela qual suas demandas pela pretensa universalidade são constantemente posicionadas. Não há forma de entrada na esfera da aparição sem crítica às formas de poder diferencial através das quais a esfera do visível é constituída. E, para isso, uma aliança crítica entre os corpos políticos é fundamental, assim como o rompimento com as políticas identitárias⁴⁵.

⁴² BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a p. 25.

⁴³ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/fotos/2013/05/fotos-ato-na-usp-reune-alunas-de-gravata-e-rapazes-de-saia.html#F807261>, acesso em 18/05/2023.

⁴⁴ BUTLER, J. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

⁴⁵ PRADO, Marco Aurélio. Emancipações, subjetivações políticas e a questão democrática. In: COSTA-VAL, Alexandre; GUERRA, Andrea M.; PRADO, Marco Aurélio M; ROCHA, Guilherme M. (Orgs). *Confins do político*. Curitiba: CRV, 2019, p. 216.

Alianças produzidas na “desigualdade”, não no sentido de acesso à cidadania, mas de flutuação das posições de sujeito, auxiliam a desenvolver vocabulários alternativos para pensar sobre os sujeitos emergentes e sobre as linguagens, meios de comunicação e idiomas efetivos para a emancipação política. Alianças não precisam ser produzidas quando há uma igualdade vinda das indetificações identitárias: elas podem também se originar do mapeamento de campos animados de diferenças, no sentido de que “ser produzido por outro e produzir outro são parte da própria ontologia social do sujeito, situação em que o sujeito é menos uma substância distinta do que um conjunto ativo e transitivo de inter-relações”⁴⁶.

As alianças produzidas no saiaço, e depois dele, com várias reverberações em espaços jornalísticos e midiáticos, evidenciam como os corpos performam resistências e transformações através da exposição e da demonstração pública de suas vulnerabilidades. Segundo Butler, a vulnerabilidade vai além do potencial dano físico ou verbal aos corpos: ela pode colocar em risco a relacionalidade e a co-dependência que assegura a autonomia dos sujeitos. Ela destaca que a capacidade de construir e conduzir a própria história não é algo que se conquista isoladamente.

A autonomia não está relacionada ao individualismo ou à autossuficiência que apaga as particularidades das relações sociais que constituem as trajetórias dos sujeitos e cerceiam suas escolhas e preferências. A individualidade e a liberdade subjetiva são configuradas situacionalmente e relacionalmente, “tendo como base padrões de vantagens e desvantagens socialmente estruturados, que se desdobram em constrangimentos e incitações mesmo quando não há repressão ou coerção”⁴⁷. Por isso mesmo, a autonomia não pode ser pensada de maneira descolada de aspectos culturais e de socialização. Ao invés disso, sua construção é intersubjetiva e exige que pensemos sobre as relações de poder baseadas em valores, práticas e modos de subjetivação que orientam as experiências nas redes interativas que as pessoas estabelecem umas com as outras.

O enfoque de uma reflexão sobre a autonomia relacional - capaz de combinar vulnerabilidade e resistência - considera o horizonte de possibilidades que subsidia as escolhas e as condições contextuais em que elas são definidas, revelando como os sujeitos lidam, em sua experiência concreta, com assimetrias de poder:

A questão é saber quais são os recursos, materiais e simbólicos, disponíveis no processo em que os indivíduos se constituem como sujeitos de suas vidas. O foco está no processo em que as preferências se constituem, quando as escolhas são feitas e nos desdobramentos dessas escolhas. [...] A questão que se coloca é a dos recursos que permitem aos indivíduos o exercício da autonomia, situados em padrões historicamente definidos e que tomam a forma de estruturas que constituem as possibilidades da ação individual e da ação em concerto com outros

⁴⁶ PRADO, Marco Aurélio. Emancipações, subjetivações políticas e a questão democrática. In: COSTA-VAL, Alexandre; GUERRA, Andrea M.; PRADO, Marco Aurélio M; ROCHA, Guilherme M. (Orgs). *Confins do político*. Curitiba: CRV, 2019, p. 221.

⁴⁷ BIROLI, F. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. *RBCS*, São Paulo, v. 31, n. 90, 2016, p. 44.

indivíduos⁴⁸.

Sob este aspecto, as possibilidades de ressignificação da experiência vivida, sem desconsiderar relações de poder, trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o próprio corpo como objeto de leis e regras, mas também como protagonista na definição da posição da mulher no mundo. A tensão entre discursos, ideologias e representações hegemônicas e, de outro lado, a singularidade das experiências vividas, corporificadas e narradas dão a ver que não se pode reduzir a zero o poder de agência dos sujeitos. Além disso, a performatividade do corpo traz consigo formas de agir fortemente amparadas por um regime de afetos e suas racionalidades.

MODA E REGIME DE AFECÇÕES POLÍTICAS

No dia 10/06/2013, mais de 50 alunos e alunas do Colégio Bandeirantes, na zona sul de São Paulo, foram à escola vestindo saia, como forma de protesto pelo diretor ter censurado a utilização da peça por dois alunos do sexo masculino. O saíço do Colégio Bandeirantes gerou fortes apelos nas redes sociais e tomou proporções mais amplas graças ao apelo afetivo das manifestações, articuladas em torno do argumento de que o aluno teria “cometido um atentado aos valores do colégio e da sociedade”⁴⁹. Quando mencionamos aqui o tema dos afetos, não se trata de ressaltar as dimensões psicológicas ou subjetivas das emoções, mas de apontar como os afetos moldam as dimensões do espaço e da experiência social coletiva, marcando as fronteiras mutáveis que permitem arranjos e rearranjos dos corpos físicos, sociais, políticos e institucionais⁵⁰.

Desse modo, afetos relacionam os corpos e experiências de acordo com uma organização política particular das normas, das imagens e mensagens produzidas sobre grupos sociais. Como descreve Butler, os afetos possuem racionalidade e constituem um regime de afecções, ou seja, atuam na produção política e político-subjetiva de um regime discursivo articulado a formações racionais, intelectivas, imaginativas e estético-artísticas⁵¹. Regimes de afecções constituem uma forma de racionalidade política que coordena nosso agir coletivo, sendo inseparável de outras racionalidades que orientam moralmente os sujeitos em suas reivindicações de justiça. É por isso que tais regimes estão intrinsecamente ligados aos processos de produção, rearticulação e quebra de enquadramentos.

Vimos como Butler⁵², em seu diálogo com Goffman⁵³, afirma que atos interpretativos não surgem como atos espontâneos, elaborados por mentes isola-

⁴⁸ BIROLI, F. Autonomia, preferências e assimetria de recursos, *RBCS*, São Paulo, v. 31, n. 90, 2016, p. 44.

⁴⁹ PRADO, Avenér. Alunos do Colégio Bandeirantes vestem saias durante protesto. Folha de S. Paulo, 10/06/2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/06/1292569-alunos-do-colegio-bandeirantes-vestem-saia-durante-protesto.shtml>, acesso em 18/05/2023.

⁵⁰ BUTLER, J. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, A. *Reificação*. São Paulo: Unesp, 2018b, pp. 133-162.

⁵¹ *Idem, ibidem*.

⁵² BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a, p. 59.

⁵³ GOFFMAN, E. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

das “mas como uma consequência de certo campo de inteligibilidade que ajuda a formar e a enquadrar nossa reação ao mundo invasivo (um mundo do qual dependemos, mas que também nos invade, exigindo uma reação de formas complexas e, às vezes, ambivalentes).” A racionalidade dos regimes de afecções conduz a maneira como elaboramos respostas às demandas produzidas pela alteridade, classificando essas demandas em dignas ou indignas de consideração.



Fig. 5: Protesto de alunos do Colégio Bandeirantes, SP, em 2013. (Fonte: Folha Press; Foto: Avenier Prado⁵⁴).

Segundo Butler⁵⁵, as respostas orientadas pelos regimes de afecções são mediadas pelo dispositivo que confere aos enquadramentos a capacidade de apreender ou não a injustiça cometida contra o outro. As operações de poder postas em marcha pela interseção entre regime de afecções e enquadramentos “não decidem unilateralmente as condições de aparição, mas seu objetivo é, não obstante, delimitar a esfera de aparição enquanto tal”⁵⁶. Tematizar essa interseção é desvelar os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida ou anulada. Dito de outro modo, os esquemas de inteligibilidade que condicionam e produzem as normas de reconhecimento são guiados por racionalidades afetivas que interferem em nossas interpretações e, consequentemente, em nossa capacidade moral de escutar e responder adequadamente (e de maneira justa) às demandas alheias.

As nossas reações morais – reações que primeiro assumem a forma de afetação – são tacitamente reguladas por certos tipos de enquadramento interpretativo. [...] O que sentimos é parcialmente

⁵⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/06/1292569-alunos-do-colegio-bandeirantes-vestem-saias-durante-protesto.shtml>, acesso em 18/05/2023.

⁵⁵ BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a / BUTLER, J. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, A. *Reificação*. São Paulo: Unesp, 2018b.

⁵⁶ BUTLER, Judith. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a, p.14.

condicionado pela maneira como interpretamos o mundo que nos cerca e a forma de interpretar o que sentimos pode alterar o próprio sentimento⁵⁷.

De um lado, não há vida nem morte sem relação com um determinado enquadramento fornecido pela norma e, de outro, as normas são forjadas segundo um regime de afecções políticas que condensa e modela os princípios morais de nossas condutas. Como produzir fraturas nesse perigoso mecanismo, sobretudo quando lidamos com afetos como o ódio às diferenças?

Ana Kiffer e Gabriel Giorgi⁵⁸ argumentam que há afecções políticas necessárias à luta contra o aniquilamento, a necropolítica e à destruição das vidas consideradas descartáveis. Para eles, os vínculos relacionais que sustentam o comum não se restringem a um imaginário pacificado, que apresenta a empatia e a busca de uma perspectiva generalizada para o julgamento moral como soluções isentas de afetos ligados à violência. O entendimento de democracia, ligado ao cultivo de sentimentos morais que buscam respostas aos interesses comuns, ao invés de se guiar pelos desejos e demandas individuais, prejudica qualquer avanço de construção social paritária. Os autores insistem no fato de que temos de distinguir “separação” (preservação e consideração das diferenças) e “desligamento” (sideração e aniquilamento das diferenças); ódio político e política do ódio, de modo a:

Reabrir o ódio como afecção a existir no seio de uma imaginação política que padece. Retirar o ódio apenas de sua fixidez repetitiva e recidiva. Conceber sujeitos democráticos também em seus ódios, buscando dosar, de forma ainda mais fina o que, no entanto, é brutal. Odiar não como recusa ou não aceitação. Não como desligamento ou extermínio, mas como separação constitutiva de novas singularidades comuns a serem postas em relação. Odiar como modo de questionar as unificações que nunca nos contemplam. A questão é: como imaginar esse mundo neste mundo?⁵⁹

O ódio político, ligado à separação das diferenças e à manutenção da possibilidade de suas articulações, remete-nos ao questionamento feito por Butler⁶⁰ às armadilhas presentes no pressuposto de que conversações plurais nos permitem adotar o ponto de vista do outro. A autora ressalta como os discursos de ódio responsáveis pela morte simbólica são mobilizados por uma racionalidade afetiva e por um engajamento afetivo que não podem ser desconsiderados quando avaliamos a produção de discursos de ódio (responsáveis pela morte simbólica de muitas pessoas e grupos) e o julgamento moral sobre as vidas que se tornam legíveis e perceptíveis fora do campo das condições de reconhecimento moral.

⁵⁷ *Idem*, p. 68.

⁵⁸ KIFFER, A.; GIORGI, G. *Ódios políticos e política do ódio*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

⁵⁹ KIFFER, A.; GIORGI, G. *Ódios políticos e política do ódio*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 71.

⁶⁰ BUTLER, J. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

Na verdade, se considerarmos as espécies de fúria que buscam erradicar o outro, ou seja, aquelas que causam danos físicos e provocam a morte do outro, estaríamos então diante de um tipo altamente afetivo de engajamento que, de modo algum, busca afirmar a existência do outro. Se aceitarmos a asserção segundo a qual ser efetivamente engajado é afirmar a existência do outro, continuaremos sem meios para realmente explicar a agressão humana⁶¹.

Para Butler, tais discursos são mobilizados por uma racionalidade afetiva e por um tipo de engajamento que produzem julgamento moral sobre vidas destituídas das condições de reconhecimento moral. É possível, para ela, afirmar que a violência e o ódio são fruto também do envolvimento com o outro e da mobilização de sentimentos morais e do engajamento por meio de afetos que configuram um tipo de racionalidade muito particular e perigosa. Muitas de nossas ações estão ligadas a um “tipo altamente afetivo de engajamento” que não procura, de modo algum, reafirmar laços de identificação, solidariedade ou empatia.

Em nossa perspectiva, modos de envolvimento carregam significados morais diferentes; eles não são delimitados por alguma estrutura, relação ou vínculo predeterminados, muito menos se estes forem normativos, e essa é a razão por que estamos sob a responsabilidade de negociar entre tais envoltimentos da melhor maneira que pudermos. Não se trata de retornar ao que realmente sabemos ou corrigir nossos desvios da norma, mas lutar com um conjunto de demandas éticas com base em uma miríade de respostas afetivas que, previamente à sua expressão na ação, não possuem uma valência moral particular⁶².

A formação de comunidades políticas marca também a formação de comunidades de afetos, nas quais, segundo Kiffer e Giorni, o ódio político pode configurar um regime de afecção capaz de produzir resistências à política do ódio, fazendo deslizar as ambivalências contidas no próprio afeto do ódio (que pode ter uma valência tanto positiva quanto negativa, ao mesmo tempo). Tomado dessa ambivalência, o ódio manifesto em comentários contra os homens que usam saias pode colocar novamente em jogo o gesto performativo na democracia. Sob esse viés, a moda pode oferecer “uma redistribuição dos corpos, vozes e sentidos na qual se encena uma disputa pelo dizível, pelo visível e pelas regras do inteligível democrático”⁶³.

Os autores afirmam que o regime de afecções que produz o ódio político abre um espaço de jogo que traz mudanças às enunciações e às corporeidades, transformando seus circuitos enunciadores, suas interpelações e ambivalências. É também nesse espaço de jogo que as performatividades discursivas das repetições, gestos, práticas, expressões e enquadramentos são feitos e desfeitos, podendo oscilar entre a folga/brecha e a contenção do poder. O espaço de jogo dos afetos

⁶¹ BUTLER, J. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, A. *Reificação*. São Paulo: Unesp, 2018b, p. 142.

⁶² BUTLER, J. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, A. *Reificação*. São Paulo: Unesp, 2018b, pp. 142-143.

⁶³ KIFFER, A.; GIORGI, G. *Ódios políticos e política do ódio*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 91.

políticos é um espaço de manobra, um espaço de resistência e experimentação, podendo abrigar também afetos potentes e ingovernáveis como a amizade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Lutamos contra os preconceitos e clichês que associam os homens de saias a travestis ou pessoas com perversões sexuais. Não somos animais de circo nem exibicionistas e nosso movimento não tem nada de folclórico"⁶⁴.

A afirmação acima, feita pelo presidente da associação francesa "Homens de saia", reafirma como as possibilidades de ressignificação da experiência vivida sob o jugo do preconceito requer a tematização e contestação dos enquadramentos depreciativos, assim como dos valores que alimentam os regimes de afecção que os embasam e orientam. Os movimentos articulados em prol dos homens que usam saia aqui mencionados revelam que a exposição diante do poder altera vulnerabilidades e traz para o centro da reflexão a capacidade autonômica e relacional de experimentar o próprio corpo, a própria imagem e o próprio gesto performativo como objeto de leis e regras também como protagonista na desconstrução de tais normas. A tensão entre discursos, ideologias e representações hegemônicas, de um lado, e a singularidade das experiências vividas, corporificadas e narradas, de outro, mostram que a formação de comunidades políticas combina singularidades e condições partilhadas, investimento pessoal e contribuições oriundas das relações coletivas, revelando uma fronteira móvel entre posicionamentos e localizações sociais tão diversas e permitem fissuras nos modos de reprodução da opressão.

Algo que nos chamou a atenção nesses acontecimentos ligados à elaboração de contestações coletivas em torno das normas de gênero e sua adequação ou não às normas vestimentais e códigos da moda foi o fato de que os "saiaços" se originaram por iniciativa de pessoas próximas aos estudantes. Colegas e amigos convocaram suas redes de afeto e de convivência para alimentar práticas de liberdade que não se referem somente às possibilidades objetivas de resistirem a uma dinâmica de poder, mas sobretudo a como um sujeito específico consegue ativar relações intersubjetivas de transformação.

Relações de amizade mostram as maneiras como corporeidades inventam as coordenadas de sua exposição e formas de vida, contrariando expectativas, promovendo fraturas, desestabilizando sentidos e alterando os arranjos que articulam os sujeitos em suas lutas e demandas. Sob este aspecto, se os saiaços construíram espaços de reparação e territórios de tematização dos regimes de afecção, eles também mobilizam não apenas o ódio políticos, mas também a política da amizade, como forma de reconstruir os laços que foram quebrados pela

⁶⁴ Dominique Moreau, presidente da Associação *Hommes en Jupe*, Portal G1, 15/08/2008.

desumanização, pela homofobia e pelo machismo. Os eventos aqui mencionados apontam que a moda pode criar, por meio das performatividades de luta e das narrativas de exposição dos danos e recusa da violência institucional, outros espaços de subjetivação e circuitos de afetos que mobilizam ações de transformação.

Vimos como abordagem ética de Butler (2015a; 2018) visa buscar formas de desenquadrar capazes de colocar em xeque uma realidade que anteriormente era aceita sem discussão, expondo os regimes de violência e de aparência que procuravam controlar o funcionamento dos esquemas interpretativos que zelam pela vida em comum. A prática do *unframing* não visa apenas encontrar um novo conteúdo para as imagens ou novos enquadramentos para situações de violência, mas também intervir em interpretações já estabilizadas para mostrar seus possíveis pontos de fratura e as brechas que promoveriam outros imaginários políticos. Butler interpela narrativas jornalísticas buscando evidenciar a importância do ato do desenquadrar, uma vez que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, apreendemos e reconhecemos. Por isso o que está em jogo no questionamento das molduras é a promoção de outra forma de estruturação do “pensável”, envolvendo a alteração de um regime de percepção, leitura e escuta, por meio do qual elementos diversos se justapõem e se atiram de modo a permitir um deslocamento de posição em relação ao modo como apreendemos, percebemos e respondemos às demandas do outro e aos eventos do mundo. Em nossa reflexão, muitas vezes são os afetos políticos e as alianças de amizade que possibilitam desmontar e recusar esquemas interpretativos naturalizados, buscando abrir planos de conexões e desconexões que não realizem expectativas de legibilidade.

A política da amizade permite o compartilhamento de experiências, a elaboração de uma semântica moral coletiva que desafie enquadramentos injuriosos e alimente a autonomia relacional. Um sujeito autônomo é aquele cujo corpo e cujas demandas são sustentadas em cooperação, pois a demonstração de suas vulnerabilidades altera sua posição em suas redes de interdependência social e modifica a forma como se dá a expressão e a percepção de quando e como construir confiança na própria experiência, descobrindo a validade e a legitimidade da própria trajetória de vida⁶⁵.

A experiência da amizade como evento político, para Foucault, articula afetos, põe em movimento “fidelidade, coleguismo, companheirismo, aos quais uma sociedade um pouco destrutiva não pode ceder espaço sem temer que se formem alianças, que se tracem linhas de força imprevistas”⁶⁶. Quando a amizade passa a ser base das interações de reciprocidade entre pessoas no ambiente de trabalho, “a

⁶⁵ BUTLER, J. When gesture becomes event. In: Street A., Alliot J., Pauker M. (eds) *Inter views in performance philosophy*. Palgrave Macmillan, London, 2017, pp. 171-192. BUTLER, J. *Corpos em aliança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a. BUTLER, J. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, A. *Reificação*. São Paulo: Unesp, 2018b, pp. 133-162.

⁶⁶ FOUCAULT, M. Friendship as a way of life. In: *Ethics: subjectivity and truth*, v.I (Ed. Paul Rabinow). New York: The New Press, 1997, p. 136.

instituição é sacudida, intensidades afetivas a atravessam; ao mesmo tempo, a dominam e perturbam. (...) Estas relações instauram um curto-circuito e introduzem o amor onde deveria haver a lei, a regra ou o hábito”⁶⁷. É nesse sentido que Foucault compreende as amizades como espaços privilegiados de contraconduta, pois elas são incontroláveis, ingovernáveis em suas emergências, multiplicidades e plasticidades”⁶⁸.

Conexões promovidas por sujeitos injustiçados elaboram saberes contextualizados, levam a refletir sobre os limites da própria existência e sobre suas fraturas, sobre as formas de dominação vividas no cotidiano da vida social e sobre como minar o poder das instituições. A moda é uma técnica de cuidado de si e dos outros que pode ser potencializada por afetos políticos enquanto territorialidades de partilha de experiências, incentivando um gesto de emancipação que desafia o modelo violento que insiste em cristalizar preconceitos de gênero associados à forma de se vestir.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Autonomia, preferências e assimetria de recursos, **RBCS**, São Paulo, v. 31, n. 90, 2016, pp. 39-57.

BUTLER, J. Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes. In: HONNETH, A. **Reificação**. São Paulo: Unesp, 2018b, pp. 133-162.

BUTLER, Judith. **Corposem aliança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

BUTLER, Judith. **Excitable speech**: a politics of the performative. Routledge: New York & London 1996.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

BUTLER, J. When gesture becomes event. In: Street A., Alliot J., Pauker M. (Eds) **Inter views in performance philosophy**. Palgrave Macmillan, London, 2017, pp. 171-192.

ENTMAN, Robert. Framing towards clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, Oxford, v. 43, n. 4, 1993, pp. 51-58.

⁶⁷ *Idem*, p. 137.

⁶⁸ IONTA, M. Das amizades femininas e feministas. In: RAGO, M.; GALLO, S. (Orgs.). *Michel Foucault e as insurreições*. é inútil revoltar-se? São Paulo: Intermeios, 2017, p. 379.

FOUCAULT, Michel. Friendship as a way of life. In: **Ethics: subjectivity and truth**, v. I (Ed. Paul Rabinow). New York: The New Press, 1997, pp. 135-156.

GAMSON, William. News as framing. **American Behavioral Scientist**, Califórnia, v. 33, n. 2, 1989, pp. 157-161.

GAMSON, William. **Talking politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

IONTA, Marilda. Das amigadas femininas e feministas. In: RAGO, Margareth; GALLO, Sílvia (Orgs.). **Michel Foucault e as insurreições**: é inútil revoltar-se? São Paulo: Intermeios, 2017, pp. 375-386.

KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política do ódio**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PORTO, Mauro. Framing controversies: television and the 2002 presidential election in Brazil. **Political Communication**, London, v. 24, 2007. pp.19-36.

PRADO, Marco Aurélio. Emancipações, subjetivações políticas e a questão democrática. In: COSTA-VAL, Alexandre; GUERRA, Andrea M.; PRADO, Marco Aurélio M; ROCHA, Guilherme M. (Orgs.). **Confins do político**. Curitiba: CRV, 2019, pp. 205-227.

PRADO, Natália M. Sujeto y Performatividad. In BISET, E. **Sujeto**: una categoria in disputa. Ediciones La Cebra, 2015, pp. 309-340.

REESE, Stephen. The framing project: a bridging model for media research revisited. **Journal of Communication**, Oxford, v. 57, 2007. pp. 148-154.

TUCHMAN, Gaye. Making news by doing work: routinizing the unexpected. *American Journal of Sociology*, Washington DC, v. 79, 1973.

MATÉRIAS CONSULTADAS

ARIAS, Juan. Homens de saia, e daí? El País Brasil, 16/01/2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/16/politica/1484597777_426736.html

BBC. Homens querem direito de usar saias na França. Portal G1, 15/08/2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,MUL725237-5602,00-HOMENS+QUEREM+DIREITO+DE+USAR+SAIAS+NA+FRANCA.html>

CARTA Capital. USP promove “Dia de Saia” em apoio a estudante. 15/05/2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/usp-recebe-dia-de-saia-em-solidariedade-a-aluno-ofendido-por-conta-das-vestes/>

MORENO, Ana Carolina. Após ofensas, alunos da USP farão protesto com homens vestindo saia. Portal G1, 13/05/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/apos-ofensas-alunos-da-usp-farao-protesto-com-homens-vestindo-saia.html>

MORENO, Ana Carolina. Após apoiar dia do homem de saia, cartunista Laerte fará palestra na USP, Portal G1, 21/05/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/apos-apoiar-dia-do-homem-de-saia-cartunista-laerte-fara-palestra-na-usp.html>

MORENO, Ana Carolina. Calouro da USP desafia preconceito e veste saia para ir à faculdade. Portal G1, 04/05/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/apos-apoiar-dia-do-homem-de-saia-cartunista-laerte-fara-palestra-na-usp.html>

MORENO, Ana Carolina. Ato na USP reúne alunas de gravata, rapazes de top e 'pebolim de saias'. Portal G1, 16/05/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/ato-na-usp-reune-alunas-de-gravata-rapazes-de-top-e-pebolim-de-saia.html>

MORENO, Ana Carolina. Aluno da PUC-SP diz que vestiu saia para experimentar o preconceito. Portal G1, 15/05/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/05/aluno-da-puc-sp-diz-que-vestiu-saia-para-experimentar-o-preconceito.html>

OLIVEROS, Ricardo. Homens movimentam-se a favor da saia. Portal UOL, 18/06/2013. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2013/06/18/homens-movimentam-se-a-favor-da-saia-aprenda-a-usar.htm?cmpid=copiaecola>

PRADO, Avenir. Alunos do Colégio Bandeirantes vestem saias durante protesto. Folha de S. Paulo, 10/06/2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2013/06/1292569-alunos-do-colegio-bandeirantes-vestem-saia-durante-protesto.shtml>

RIBEIRO, Carolina. Por que as saias estão invadindo o guarda-roupa masculino. O Globo, 15/01/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/moda/por-que-as-saia-estao-invadindo-guarda-roupa-masculino-20766130>

RODRIGUES, Fábio. Homens vestindo saia se reúnem em manifestação na USP de São Carlos. Portal G1, 16/05/2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/05/homens-vestindo-saia-se-reunem-em-manifestacao-na-usp-de-sao-carlos.html>

Autores especialmente convidados.
Artigo recebido no segundo semestre de 2022.